

ULISSES COMO PROTÓTIPO DO HOMEM BURGUEÊS NA *DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO* (1947)

Douglas João Orben*

Resumo: No Excurso I da obra *Dialética do Esclarecimento* (1947), Theodor W. Adorno e Max Horkheimer apresentam a origem do processo de esclarecimento remontando ao período histórico mítico. Segundo os autores, o mito é o primeiro esboço da racionalidade teórica que se abstrai da contingência natural, procurando estabelecer, assim, uma determinada ordem conceitual. Neste contexto, o presente trabalho pretende abordar, sobretudo, as relações existentes entre mito, esclarecimento e dominação, analisando-as a partir da figura de Ulisses, o herói astucioso da *Odisseia* de Homero. Após vencer a guerra de Troia, destruir e dominar a cidade por meio de uma perspicaz artimanha, o herói Ulisses depara-se com novos desafios: retornar à sua pátria, Ítaca, assumir o seu posto de senhor e reencontrar Penélope. O medo, a astúcia, o logro e a dominação são elementos que, frequentemente, estão presentes nas aventuras do herói errante. É, pois, em tal confronto, que surge a necessidade de uma constante autoafirmação do “eu”, da consciência subjetiva que supera e domina a natureza. Neste sentido, a figura de Ulisses já manifesta algumas das principais características do burguês moderno: a emergência de autoafirmação, a racionalização do sacrifício, a negação dos desejos naturais e a dominação pelo saber são alguns dos elementos que, desde então, perpassam toda a história do esclarecimento, sendo potencializados ainda mais na modernidade.

Palavras-chave: Esclarecimento. Adorno e Horkheimer. Ulisses. Mito.

Ulysses As A Prototype Of The Bourgeois Man In *Dialectic Of Enlightenment* (1947)

Abstract: In Digression I of the title *Dialectic of Enlightenment* (1947), Theodor W. Adorno and Max Horkheimer introduced the origin of enlightenment process dating back to historical mythical period. According the authors, the myth is the first outline of theoretical rationality abstracted from natural contingency, seeking to establish, thereby, a particular conceptual order. In this context, the present paper intend to approach, above all, the relations existent between myth, enlightenment and domination, analyzing them from the figure of Ulysses, the astute hero of Homer’s *Odyssey*. After winning the Trojan War, destruct and dominate the city by means of a perspicacious artifice, hero Ulysses encountered new challenges: return to

* Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, e professor do curso de Filosofia da Faculdade Palotina – FAPAS, Santa Maria, RS. E-mail: douglasorben@hotmail.com

his motherland, Ithaca, take his station as king and meet Penelope again. Fear, astuteness, fraud and domination are elements frequently present in the adventures of the errant hero. It is, therefore, in such confrontation, that emerges the necessity of a constant self affirmation of “me”, the subjective conscience that overcomes and dominates nature. In this sense, the figure of Ulysses already manifests some of the main characteristics of the modern bourgeois: the emergency of self affirmation, the rationalization of sacrifice, the denial of natural desires and the domination by wisdom are some of the elements that, since then, span all the history of enlightenment, being empowered even more in modernity.

Keywords: Enlightenment. Adorno and Horkheimer. Ulysses. Myth.

Introdução

No Excurso I da obra *Dialética do esclarecimento* (1947), Theodor W. Adorno e Max Horkheimer apresentam a origem do processo de esclarecimento remontando ao período histórico mítico. Segundo os autores, o mito é o primeiro esboço da racionalidade teórica que se abstrai da contingência natural, procurando estabelecer assim uma determinada ordem conceitual. Ao constituir figuras explicativas¹, o mito aponta para a pretensão de ordenar as diferenças, pois a natureza desconhecida sempre foi encarada como uma amedrontadora² ameaça, a qual precisava ser racionalmente conceitualizada para, então, tornar-se conhecida e dominada. A mitologia, portanto, é a manifestação do esclarecimento em seu estado primitivo, donde a razão começa a ensaiar seus passos teóricos rumo ao esclarecimento pleno, total. Não por acaso, além do temor despertado pelo desconhecido, outro fator que fomenta a desenfreada busca por um esclarecimento total, segundo os autores, é o medo do retorno ao estado primitivo da razão, ao seu passado mítico.

Contudo, a despeito de um esplendoroso desenvolvimento do esclarecimento racional e seu progressivo afastamento da primitividade mítica, Adorno e Horkheimer afirmam que, contrariando todo este processo que tem seu ápice no iluminismo moderno, a razão instrumentada torna-se mitológica. Tal pensamento é apresentado no início do Prefácio da *Dialética do esclarecimento*, expresso em duas teses relacionadas numa frase, a saber: “o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 5). Neste sentido, o esclarecimento acaba tornando-se o que ele

¹ Como, por exemplo: Hélios o deus do sol; Dionísio o deus do vinho e Poseidon o deus do mar.

² Para Adorno e Horkheimer, “no sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objectivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores” (ADORNO E HORKHEIMER, 1947, p. 6).

sempre busca negar, isto é, a primitividade mitológica. O mito, por sua vez, na medida em que abarca o germe da razão ordenadora, já manifesta as pretensões do esclarecimento. Segundo Adorno e Horkheimer, tal dialética entre mito e esclarecimento é testemunhada nas obras de Homero, sobretudo na *Odisseia*, na qual a constante autoafirmação da subjetividade de Ulisses manifesta (neste) uma espécie de protótipo do burguês moderno.

A epopeia homérica encontra-se entrelaçada com a pretensão mitológica de dominar e explorar a natureza. Todavia, na medida em que ela estabelece o processo de formação da subjetividade de um agente racional, a mesma se afasta do mito, sem deixar de estar estreitamente relacionada com ele. Segundo Adorno e Horkheimer, “nenhuma obra presta um testemunho mais eloquente do entrelaçamento do esclarecimento e do mito do que a obra homérica, o texto fundamental da civilização europeia” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 24). No entanto, tal relação sobressaliente na dominação, expressa também a “fuga que o sujeito empreende diante das potências míticas”. Neste sentido, a epopeia opõe-se ao mito, pois manifesta em Ulisses a autoafirmação do ego, mas sem deixar de promover o princípio fundamental da exploração e da dominação mitológica.

Após vencer a guerra de Troia, destruir e dominar a cidade por meio de uma astuciosa artimanha³, o herói Ulisses depara-se com um novo desafio: retornar a sua pátria, Ítaca, assumir o seu posto de senhor e reencontrar Penélope. A viagem de retorno do herói é longa e complicada, marcada por inúmeras dificuldades que a todo tempo desafiam as ambições e a própria existência de Ulisses. O medo, a astúcia, o logro e a dominação são elementos constantemente presentes nas aventuras do herói errante. Em tal enredo, a subjetividade vai sendo firmada e o esclarecimento começa a alienar a natureza que o ameaçava. É, pois, em tal confronto que surge a necessidade de uma constante autoafirmação do “eu”, da consciência subjetiva que supera e domina a natureza. Neste processo, “a viagem errante de Tróia a Ítaca é o caminho percorrido através dos mitos por um eu fisicamente muito fraco em face das forças da natureza e que só vem a se formar na consciência de si” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 24). Para Adorno e Horkheimer, este é o itinerário da constituição da subjetividade egocêntrica, dominadora e violenta, a qual já é o protótipo do burguês moderno, que nada mais é do que a manifestação subjetiva da plenitude do esclarecimento racional.

³ O cavalo de Troia expressa muito bem o princípio do logro astucioso. O cavalo é apresentado como um presente aos troianos, uma oferta aparentemente normal, desinteressada, porém, escondida por detrás de sua aparência, encontra-se a intenção do logro, da vitória que possibilita a dominação de Troia.

1 Ulisses e a autoafirmação da subjetividade egocêntrica

Homero, em todas as suas narrativas, sempre caracteriza Ulisses como sendo “o astucioso (solerte)”, aquele que, diferentemente do destemido Aquiles que despreza os perigos, nunca se lança irrefletidamente contra seus inimigos. Em Ulisses o princípio do poder ganha outra dimensão: ele agora não é conquistado pela força física, mas sim pelo saber. A astúcia, o cálculo e a lógica racional são elementos atrelados à pretensão de dominação, que já não se estabelece mais pela força, senão que pelo saber. Na interpretação de Freitas, “em vez de uma relação difusamente mimética com o poder, em que o poder transcendente só é alcançado a partir da igualação do sujeito a cada manifestação divina, tem-se, agora, a identificação do sujeito com a fonte do poder geral” (FREITAS, 2006, p. 66). A figura de Ulisses, em sua trajetória de conquistas e dominação, expressa o protótipo lógico segundo o qual a razão moderna opera, pois seu poder está no penar sistemático, calculista, tautológico e teleológico. Neste modelo lógico, nada pode desviar o sujeito de sua trajetória pela busca de sua ascensão à posição de senhor, à sua autoafirmação. Para tanto, todos os meios (mediação) podem ser eliminados, dominados e convertidos ao supracitado fim. Nas palavras de Adorno e Horkheimer:

O saber em que consiste sua identidade e que lhe possibilita sobreviver tira sua substância da experiência de tudo aquilo que é múltiplo, que desvia, que dissolve e o sobrevivente sábio é ao mesmo tempo aquele que se expõe mais audaciosamente à ameaça da morte, na qual se torna duro e forte para a vida (1947, p. 24).

A subjetividade retratada em Ulisses é o primeiro vestígio da superação da natureza, o sujeito se afirma na unidade do pensamento que se contrapõe à multiplicidade da natureza. Ulisses é constantemente ameaçado pelas potências míticas, o medo o acompanha em cada nova aventura, mas onde existe o perigo, sobressalta a astúcia heroica. Ele se reconhece como fisicamente inferior, admite sua condição de mortal e, deste modo, não se lança desenfreadamente contra seus inimigos. O herói da *Odisseia* tem a capacidade de refletir sobre seu próprio sujeito, o que lhe possibilita reconhecer seus limites físicos e assim buscar uma forma racional de dominação, eliminando o que lhe é inútil para sua autoafirmação, a saber, a natureza. A estratégia do navegador errante é entregar-se à natureza a fim de superá-

la, ele se entrega para se ganhar e dominar⁴. Este é o princípio da astúcia, que tem como finalidade o logro e a dominação calculada. Para que o logro possa ser levado a cabo, o sujeito astucioso necessita se aproximar o máximo possível de sua vítima, ele precisa se entregar e adentrar ao domínio alheio para estabelecer a troca, pois é justamente na troca que o logro é efetivado e a subjetividade eleva-se triunfante sobre o (agora) dominado. Neste sentido, os autores escrevem:

O recurso do eu para sair vencedor das aventuras, perder-se para se conservar, é a astúcia. O navegador Ulisses logra as divindades da natureza, como depois o viajante civilizado logrará os selvagens oferecendo-lhes contas de vidro coloridas em troca de marfim (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 25).

O princípio da troca nada mais é do que a secularização do sacrifício, pois “o próprio sacrifício já apreça como esquema mágico de troca racional⁵, uma cerimônia organizada pelos homens com o fim de dominar os deuses, que são derrubados exatamente pelo sistema de veneração de que são objetos” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 25). A troca que Ulisses estabelece com a natureza segue o mesmo princípio do sacrifício, pois a astúcia sempre se manifesta numa oferta, como se fosse um presente⁶, numa aparente rendição que se converte em dominação e afirmação do herói. “A parte que o logro desempenha no sacrifício é o protótipo das astúcias de Ulisses, e é assim que muitos de seus estratagemas são armados à maneira de um sacrifício oferecido às divindades da natureza” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 25).

Para que autoafirmação do sujeito possa ser levada a cabo, para que seus projetos sejam efetivados e a sua posição de senhor possa ser alcançada, toda a natureza precisa ser desencantada, totalmente alienada pelo esclarecimento racional. Neste progressivo processo de esclarecimento, para que tais finalidades possam ser efetivadas, o sacrifício torna-se necessário. O esclarecimento é a racionalização do sacrifício, toda e qualquer violência fica

⁴ Segundo Adorno e Horkheimer, esta estratégia de Ulisses acaba escondendo um engodo, pois “para alienar-se da natureza ele se abandona à natureza, com a qual se mede em toda aventura, e, ironicamente, essa natureza inexorável que ele comanda triunfa quando ele volta – inexorável – para casa, como juiz e vingador do legado dos poderes de que escapou” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 25).

⁵ Em nota de rodapé, Adorno e Horkheimer salientam que o costume do sacrifício humano é muito mais difundido entre os povos semicivilizados e bárbaros do que, propriamente, entre os verdadeiros selvagens. Tal fato confirma, sobretudo, a racionalização do sacrifício e seu princípio do logro astucioso. (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 26).

⁶ Como o astucioso cavalo de Troia que, apresentado como um desprezioso presente, já carrega em si, todavia, a intenção do logro e da dominação.

justificada, pois a astúcia, para realizar o logro e afirmar a subjetividade do agente racional, tem que violentar a natureza (tanto a externa, quanto a própria natureza humana). Nas palavras de Adorno e Horkheimer, “a instituição do sacrifício é ela própria a marca de uma catástrofe histórica, um acto de violência que atinge os homens e a natureza igualmente. A astúcia nada mais é do que o desdobramento subjectivo dessa inverdade objectiva do sacrifício que ela vem substituir” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 25).

Ao apresentar a astúcia como fonte de poder e dominação, o itinerário de Ulisses é profundamente marcado pelo sacrifício. Para evitar a dissolução do sujeito pelas potências míticas, o herói sacrifica-se, sua natureza (desejos e felicidade) é brutalmente eliminada. A sua autoafirmação subjetiva torna-se, portanto, sua negação natural. Esta “negação, núcleo de toda racionalidade civilizatória, é a célula da proliferação da irracionalidade mítica” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 25), pelo que o esclarecimento é também mitológico. A história da civilização é a manifestação da renúncia, ela é a justificação do sacrifício que estabelece um logro às avessas, é a anti-razão do esclarecimento racional. Na troca estabelecida mediante o sacrifício, a renúncia é sempre maior do que os ganhos⁷. Na epopeia homérica, a mutilação de Ulisses segue o princípio do sacrifício astucioso:

A transformação do sacrifício em subjectividade tem lugar sob o signo daquela astúcia que sempre teve uma parte no sacrifício. Na inverdade da astúcia, a fraude presente no sacrifício torna-se um elemento do carácter, uma mutilação do herói astuto arrojado pelo mar e cuja fisionomia está marcada pelos golpes que desferiu contra si mesmo a fim de se autoconservar (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 28).

A imbricação entre medo, astúcia, sacrifício e dominação evidencia-se, sobretudo, no confronto que Ulisses trava com as potências míticas. O herói reconhece a superioridade natural dos monstros míticos com os quais se topa, eles nada mais são do que a representação da invariabilidade das leis naturais. O sujeito astucioso, no entanto, sabe que não pode modificar a lei natural⁸, pois a mesma supera sua condição finita, condicionando assim até mesmo a sua própria existência. Ulisses sabe que “os monstros míticos em cujo poder ele cai

⁷ Segundo Adorno e Horkheimer, “o astucioso só sobrevive ao preço de seu próprio sonho, a quem ele faz as contas desencantando-se a si mesmo bem como aos poderes exteriores. Ele jamais pode ter o todo; tem sempre de saber esperar, ter paciência, renunciar” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 28).

⁸ A superioridade da lei natural está manifesta, por exemplo, em cada figura mítica: “Cila e Caríbdis têm o direito de reclamar aquilo que lhes cai entre os dentes, assim como Circe tem o direito de metamorfosear quem quer que não seja imune à sua mágica, ou Polifemo o direito de devorar seus hóspedes” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 29).

representam sempre, por assim dizer, contratos petrificados, reivindicações pré-históricas” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 29), seus poderes naturais são infinitamente superiores aos do herói. Todavia, a invariabilidade da lei mítica, que é a fonte de seu poder, é ao mesmo tempo a manifestação de sua fraqueza. O calcanhar de Aquiles das potências míticas é justamente a força invariável da lei natural, pois “cada uma das figuras míticas está obrigada a fazer sempre a mesma coisa. Todas consistem na repetição: o malogro desta seria seu fim” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 29).

Em tal contexto, a lei natural torna-se previsível, totalmente submissa à astúcia que calcula as consequências e assim arma o estratagema que possibilitará o logro, pelo qual a natureza é dominada. Aceitando e respeitando as leis do contrato mitológico, Ulisses, servindo-se de sua mais refinada astúcia, cumpre o contrato e respeita as leis da equivalência natural, mas, no mesmo pleito, logra as potências míticas, eliminando seus poderes e torna-se um sujeito autônomo, realizador de seu próprio destino. Neste sentido, “se a sobrevivência dos mitos baseava-se na necessária repetição e cumprimento das normas contratuais, Ulisses consegue cumprir o contrato, mas acrescenta novas artimanhas não previstas nas cláusulas originais” (PUCCI, 2000, p. 49). O logro possibilitado pela astúcia do herói errante “representa a universalidade racional contra a invariabilidade do destino” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 30). Ao lograr as potências míticas, o herói afirma-se como sujeito esclarecido, conseguindo assim levar a cabo seus objetivos. Ulisses torna-se dono do seu próprio destino: a permanente busca pela autoconservação.

2 Episódio do encontro de Ulisses com o gigante Polifemo

A despeito dos inúmeros infortúnios e ameaças que constantemente acometem a Ulisses e seus companheiros de embarcação, é este enredo que possibilita o despertar do sujeito racional. Embora estando sujeito às ameaças míticas que colocam em xeque a subjetividade do agente, Ulisses, na mediada em que domina seus desejos e inclinações naturais, supera a natureza mediante a astúcia, tornando-se assim um indivíduo autônomo, condicionado pelas leis naturais, porém não mais determinado por elas. O princípio da astúcia supera facilmente a ingênua previsibilidade das leis naturais, manifestadas nas potências míticas. Tal superioridade racional possibilita a dominação e a violência, quando não a

eliminação da natureza. Esta relação fica evidente, sobretudo, nos confrontos que Ulisses trava com as figuras mitológicas.

O nono canto da *Odisseia*, neste sentido, retrata o confronto de Ulisses com o ciclope Polifemo. Ao descrever o perfil dos estranhos ciclopes, Homero afirma que estes são gigantes celerados e sem leis, que nada cultivam, vivendo sem nenhuma lei política ou social, tão somente com o que a natureza lhes provê. Estes gigantes não arquitetam suas moradias (o que já demonstra incapacidade de pensar lógico), mas habitam em cavernas ao redor de penhascos e montanhas⁹. Além do mais, não existe, entre eles, nenhum vínculo social, cada qual vive a seu modo, de acordo com a lei natural. Para Adorno e Horkheimer, é esta “ausência de vínculos entre os habitantes das cavernas que explica a ausência de uma lei objetiva e assim justifica a censura homérica da desconsideração recíproca, característica do estado selvagem” (1947, p. 32). A ausência de uma subjetividade racional se expressa na não existência de leis próprias, os ciclopes não são sujeitos autônomos, pois eles não possuem uma racionalidade lógica e astuciosa como a de Ulisses, senão que são seres presos à lei natural, submissos a uma ordem pré-estabelecida.

É, pois, em tal contexto que Ulisses demonstra toda a sua astúcia ao confrontar-se com o ciclope Polifemo:

Quando numa ilha longínqua, não cultivada e sem cidades, Ulisses e seus companheiros se aventuraram até uma caverna, habitação primitiva de um monstro gigantesco, com um único olho no meio da testa, o ciclope Polifemo, filho do deus do mar, Poseidon. Excitados pela curiosidade, esperam dentro da caverna até o ciclope voltar ao cair da noite. Essa curiosidade lhes será fatal porque o monstro desconhece todas as leis sagradas da hospitalidade, aprisiona os viajantes dentro da caverna, fecha a entrada com uma pedra gigantesca e promete devorá-los na ceia noturna. Aqui intervém um dos mais famosos ardis de Ulisses: perguntado sobre o seu nome, Ulisses não revela sua identidade verdadeira, mas se autoneomeia de “ninguém¹⁰” e inventa uma história fictícia para explicar sua chegada na ilha. Um segundo ardis segue à ceia do monstro, no qual foram devorados, vivos e crus, alguns companheiros de Ulisses. Como sobremesa, Ulisses oferece a Polifemo uma porção generosa do vinho precioso que conseguiu conservar, até então, no seu navio,

⁹ “Chegamos à terra dos ciclopes, homens soberbos e sem leis, que, confiando nos deuses imortais, não plantam nem lavram; entre os quais tudo nasce, sem que a terra tenha recebido semente nem cultura: o trigo, a cevada e as vinhas que produzem vinho dos pesados cachos, que para eles a chuva de Zeus intumesce. Não têm assembleias que julguem ou deliberem, nem leis; vivem em câncavas grutas, no cimo de altas montanhas: e cada um dita a lei a seus filhos e mulheres, sem se preocuparem uns com os outros” (HOMERO, 1979, p. 83).

¹⁰ Esta afirmação, em grego, “trata-se de um jogo de palavras; na única palavra que se conserva separaram-se o nome – Odysseus (Ulisses) – e a intenção – Ninguém. Para ouvidos modernos, Odysseus e Oudeis ainda têm um som semelhante, e é fácil imaginar que, em um dos dialectos em que se transmitiu a história do retorno a Ítaca, o nome do rei desta ilha era de facto um homófono do nome de Ninguém” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 33).

último sinal do mundo culto e civilizado dos homens. O ciclope, que nunca tinha bebido um vinho tão bom, se delicia, repete a dose, fica bêbado e adormece pesadamente. Ulisses e seus companheiros se aproveitam do seu sono para lhe furar o único olho com um tronco previamente apontado. O ciclope grita de dor, seus irmãos acorrem do lado de fora, mas ele só é capaz de dizer “ninguém” – isto é Ulisses – o feriu. Os outros ciclopes zombam dele e vão embora. No raiar da aurora Polifemo afasta a pedra que fechava a entrada da caverna e faz sair seu rebanho de ovelhas, em baixo das quais os companheiros de Ulisses se escondem. Ulisses sai por último agarrado à lã do ventre do carneiro preferido de Polifemo. Todos correm até o navio e fogem da ilha, sem que, no entanto, Ulisses consiga resistir à tentação de revelar sua verdadeira identidade. Grita ameaças ao ciclope e anuncia o seu verdadeiro nome. Enfurecido, Polifemo joga um rochedo em direção do navio e quase o esmaga (GRAGNEBIN, 2009, p. 30-31).

O poder natural do gigantesco ciclope é extremamente superior às condições físicas de Ulisses e seus companheiros. O Polifemo representa uma ameaça para a subjetividade racional que, amedrontada pela dissolução, apela para o princípio da autoconservação. Ciente da sua inferioridade natural, o herói reconhece que sua autoconservação somente pode ser alcançada mediante uma cerimônia sacrificial de troca e apaziguamento da potência mítica. Ulisses reconhece, portanto, a necessidade do sacrifício como princípio racional de autoconservação, somente assim a subjetividade racional pode evitar a dissolução natural. “Ele não pode jamais travar luta física com os poderes míticos que continuam a existir à margem da civilização. Ele tem que reconhecer como facto os cerimoniais sacrificais com os quais acaba sempre por se envolver, pois não tem força para infringi-los” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 29).

O modo como Ulisses estabelece o processo de troca sacrificial, com o poderoso ciclope, segue a dinâmica do pensar astucioso: “o esquema da astúcia ulissiana é a dominação da natureza mediante a sua assimilação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 29). Nesta dialética positiva, conduzida pela racionalidade autoconservadora, a identidade necessita ser temporariamente negada, pois só assim o sujeito pode aproximar-se, assimilar-se à natureza para, então, poder superá-la, dominá-la completamente. Neste sentido, “o espírito subjectivo que exclui a alma da natureza só domina essa natureza privada da alma imitando sua rigidez e excluindo-se a si mesmo como animista. A imitação se põe ao serviço da dominação na medida em que até o homem se transforma num antropomorfismo para o homem” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 29).

No fundo, o que persiste, em todos os casos, é o distanciamento entre sujeito racional e natureza. A dominação da natureza é diretamente proporcional ao distanciamento abstrato da

racionalidade: quanto maior for esta separação, maior a possibilidade de dominação. É, pois, tal distanciamento racional que salva o frágil herói da brutalidade natural do gigante Polifemo. Ao negar sua identidade, afirmando-se como (*Oudeis*) “ninguém”, Ulisses arma um estratagema fundamentado na racionalidade formal. O poder da astúcia assegura-se no distanciamento entre matéria e forma, entre a materialidade da palavra expressa e a intenção¹¹ do falante, como também na falta de capacidade racional do gigante trapalhão em diferenciar estas sutilezas. Polifemo ainda está preso à materialidade dos objetos, ele não consegue separar a forma da matéria. Para Adorno e Horkheimer, “a astúcia [...] consiste em explorar a distinção, agarrando-se à palavra, para modificar a coisa” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 30).

Ulisses descobre nas palavras o que na sociedade burguesa plenamente desenvolvida se chama formalismo: o preço de sua validade permanente é o facto de que elas se distanciam do conteúdo que as preenche em cada caso e que, à distância, se referem a todo conteúdo possível, tanto a ninguém quanto ao próprio Ulisses. É do formalismo dos nomes e estatutos míticos, que querem reger com a mesma indiferença da natureza os homens e a história, que surge o nominalismo, o protótipo do pensamento burguês. A astúcia da autoconservação vive do processo que rege a relação entre a palavra e a coisa (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 30).

Ao negar a sua identidade, Ulisses adentra ao domínio natural no qual Polifemo está preso, o herói aproxima-se da vítima e propõe a troca astuciosa, que já carrega em si o princípio do logro. Nesta dialética calculada, a astúcia é camuflada numa oferta carregada de intenções. O herói oferece o vinho como um presente, cumprindo assim a regra da hospitalidade; Polifemo reconhece o princípio da troca e em retribuição afirma que Ulisses será o último a ser devorado. Todavia, não é esta a intenção da subjetividade astuciosa, o interesse de Ulisses separa-se da mera regra da hospitalidade que se manifesta na simples troca de presentes, ele prende-se a uma distinção formal que não está na materialidade do presente oferecido, mas sim na intenção racional da oferta. Polifemo, por sua vez, encontra-se preso à materialidade da troca, o gigante desconhece o perigo formal da oferta astuciosa, ele entrega-se à materialidade da troca, à simples tentação do delicioso vinho. Desconhecendo o perigo intencional da troca, o ciclope não controla seus desejos naturais e deixa-se levar pelo prazer causado pelo vinho, deliciar-se e entregar-se ao desejo natural é o seu maior erro. Para autoconservar-se o sujeito precisa negar sua natureza, esta é a “lição” do esclarecimento.

¹¹ “Surge assim a consciência da intenção: premido pela necessidade, Ulisses se apercebe do dualismo, ao descobrir que a palavra idêntica pode significar coisas diferentes” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 30).

A embriaguez do poderoso Polifemo manifesta a previsibilidade da lei natural, bem como a real intenção da troca proposta por Ulisses. O gigante embriagado desaba num pesado sono que anula temporariamente todos os seus poderes míticos, a natureza é anestesiada, anulada em sua essência, e o sujeito astucioso pode assim operá-la, mutilar a sua forma e dominá-la. A verdadeira intenção da troca evidencia-se no logro, na violência racionalizada pela subjetividade do astuto herói. Contudo, não basta evitar a dissolução natural, o sujeito que havia negado sua identidade, agora, necessita superar a negação e autoafirma-se como senhor.

O astucioso Ulisses não pode agir de outro modo: ao fugir, ainda ao alcance das pedras arremessadas pelo gigante, não se contenta em zombar dele, mas revela seu verdadeiro nome e sua origem, como se o mundo primitivo, ao qual sempre acaba por escapar, ainda tivesse sobre ele um tal poder que, por ter se chamado de Ninguém, devesse temer voltar a ser Ninguém, se não restaurasse sua própria identidade graças à palavra mágica, que a identidade racional acabara de substituir (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 34).

Ao revelar sua verdadeira identidade, Ulisses supera a negação, autoafirmando assim a sua subjetividade esclarecida. No entanto, por afirmar a sua identidade, o herói alimenta ainda mais o ódio de Poseidon, seu principal inimigo na *Odisseia*, o que certamente faz redobrar as dificuldades do navegador errante. Na sua necessária autoafirmação subjetiva, o esclarecimento lança-se em um círculo vicioso, por assim dizer, no qual cada nova conquista apresenta novos inimigos. Em tal processo de dominação, a astúcia torna-se um logro às avessas, pois as perdas são sempre maiores que os pretendidos ganhos. “A astúcia, que para o inteligente consiste em assumir a aparência da estupidez, converte-se em estupidez tão pronto ele renuncie a essa aparência” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 34).

3 Episódio do encontro de Ulisses com as sereias

Outro episódio que marca a relação de Ulisses como o esclarecimento, sobretudo no que tange ao imbricamento entre poder e dominação, é a narrativa do encontro de Ulisses com as sedutoras sereias. O poder mitológico das sereias está na capacidade de encantar os marinheiros, que se acercam aos seus domínios, com uma belíssima canção. Quando estes sucumbiam ao poder encantador das sereias, eram então atraídos até elas e devorados pelas mesmas. O erro sempre está em entregar-se aos desejos naturais, infinitamente superiores a

qualquer outro aspecto humano. No entanto, o herói astuto reconhece a superioridade do poder natural, a sua subjetividade é frágil e ainda não suporta um confronto direto com a natureza. Ulisses, novamente, aceita a necessidade do sacrifício como a única possibilidade de salvação, a violência é assim racionalmente justificada. Neste contexto,

[...] advertido por Circe que nenhum navegante resiste aos encantos do canto das sereias, Ulisses trama um ardil que lhe permite escutar o canto e, no entanto, resistir a ele, isto é, não se jogar no mar para alcançar as belas sereias e ser, finalmente, devorado por elas – pois, sucumbir à sedução das sereias acarreta, segundo a tradição, a morte. Ulisses se deixa, então, atar por laços estreitos ao mastro do seu navio, não pode mais se mexer, enquanto seus companheiros, cada um com os ouvidos tapados por cera, remam vigorosamente, passam próximo da região encantada, mas não ouvem nada, nem o encanto dos cantos, nem as súplicas de Ulisses para ser libertado. Prosseguem então, são e salvos, longe dos encantos e dos perigos. Ulisses seria assim, segundo a *Odisséia*, o primeiro mortal que consegue ouvir o canto das sereias e escapar vivo. (GRAGNEBIN, 2009, p. 32-33).

Alertado por Circe, o herói da *Odisséia* admite a superioridade mítica das sereias, ele não nega a infalibilidade do poder natural, nem é soberbo no sentido de confiar no seu autocontrole subjetivo, lançando-se descomedidamente contra o perigo. Ulisses reconhece o contrato natural, mas encontra um modo astucioso de lograr a outra parte, sem, no entanto, deixar de cumprir os termos contratuais. “Ele cumpre o contrato de sua servidão e se debate amarrado ao mastro para se precipitar nos braços das corruptoras. Mas ele descobriu no contrato uma lacuna pela qual escapa às suas normas, cumprindo-as” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 30). O contrato não determina como o navegador deve escutar a canção, se desamarrado ou amarrado. É, pois, por esta lacuna contratual que Ulisses desencanta o poder mítico das sereias, escutando assim a belíssima canção e não sucumbindo à dissolução do desejo natural.

Não obstante, tal superação da natureza não se dá sem um enorme sacrifício. Para que a subjetividade do herói possa ser preservada, para que seu objetivo maior de retornar a Ítaca seja alcançado, é necessário violentar a natureza. A trajetória da subjetividade esclarecida está marcada por uma lógica linear¹², teleológica, na qual o que realmente interessa são os

¹² A primazia que Ulisses atribui ao pensar linear, o seu contínuo interesse em alcançar determinados objetivos, manifesta-se, por exemplo, no episódio que narra a sua chegada à ilha dos lotófagos. A flor do lótus, diferentemente das sereias e do gigante Polifemo, não causa dano algum à existência do sujeito, a sua única ameaça é o esquecimento e a destruição dos anseios e pretensões. Algo parecido acontece no encontro com Circe, a magia da hetaira gera felicidade, mas elimina a autonomia do enfeitado, o indivíduo não é destruído, ele apenas regride a uma forma de vida primitiva. Em ambos os episódios, no entanto, a lógica linear, os interesses e ambições de Ulisses são mais fortes, o herói nega a doce vida entre os lotófagos, bem como os

objetivos finais, os ideais projetados. Tal projeto só é alcançado pela contínua negação e eliminação das mediações naturais, de tudo aquilo que pode desviar o itinerário da subjetividade civilizatória. Para que a racionalidade esclarecida possa ser efetivada, para libertar a subjetividade de tudo aquilo que o amedronta, é necessário resistir aos encantos da natureza, desencantar o seu poder mítico. Ulisses, amarrado ao mastro do navio, escuta a belíssima canção das sereias, mas nega brutalmente o desejo natural de lançar-se ao encontro das encantadoras. A própria astúcia faz com que a sua natureza seja negada, é uma negação calculada, racionalmente justificada.

Os remadores, por sua vez, precisam anular os sentidos e prenderem-se a um ritmo de trabalho, todos os seus esforços são tão somente no sentido de assegurar a própria sobrevivência. “Os remadores que não podem se falar estão atrelados a um compasso, assim como o trabalhador moderno na fábrica, no cinema e no coletivo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 20). O trabalho deve ser contínuo, ordenado e separado do prazer. O prazer é a perdição, sucumbir aos encantos das sereias significa entregar-se à morte.

O caminho da civilização era o da obediência e do trabalho, sobre o qual a satisfação não brilha senão como mera aparência, como beleza destituída de poder. O pensamento de Ulisses, igualmente hostil à sua própria morte e à sua própria felicidade, sabe disso [...]. Quem quiser vencer a provação não deve prestar ouvidos ao chamado sedutor do irrecuperável e só o conseguirá se conseguir não ouvi-lo. Disso a civilização sempre cuidou. Alertas e concentrados, os trabalhadores têm que olhar para frente e esquecer o que foi posto de lado. A tendência que impele à distração, eles têm que se encarniçar em sublimá-la num esforço suplementar. É assim que se tornam práticos (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 18).

Os companheiros de Ulisses sabem apenas do perigo que envolve o desfrute da canção. Eles desconhecem totalmente sua verdadeira beleza¹³. Seus ouvidos estão cerrados não apenas para o perigo da sedução, mas também para as súplicas de Ulisses. Neste sentido, os remadores são trabalhadores alienados, são inconscientes de toda a realidade que os envolve, pois estão submetidos a um sistema previamente arquitetado por Ulisses. Os remadores são trabalhadores a serviço do patrão: os louros e lucros são sempre para Ulisses, é

prazeres e a felicidade de Circe. Os seus objetivos são mais importantes, os desejos naturais devem ser eliminados para que a autoafirmação do sujeito esclarecido possa ser levada a cabo.

¹³ O sistema arquitetado pelo astucioso herói, ao manifestar o protótipo da racionalidade moderna, já aponta para a divisão entre fruição artística e trabalho manual. Quem usufrui da arte não trabalha, pois possui tempo e os meios necessários para tal desfrute. Quem trabalha, por outro lado, desconhece a beleza da arte. O trabalho absorve de tal forma o indivíduo que acaba anulando seus sentidos, o operário fica embrutecido, alheio e insensível à beleza da arte.

ele quem dita o sentido e finalidade da viagem. Aos remadores cabe, portanto, trabalhar para sobreviver, alienados do produto e da própria natureza.

Ulisses, por outro lado, mesmo podendo desfrutar a beleza do canto, encontra-se preso ao próprio sistema. Ele não pode entregar-se à natureza como de fato gostaria, a astúcia obriga-o a permanecer preso a um sistema formal, negando assim seus desejos naturais. “Ele escuta, mas amarrado impotente ao mastro, e quanto maior se torna a sedução, tanto mais fortemente ele se deixa atar, exactamente como, muito depois, os burgueses, que recusavam a si mesmos a felicidade com tanto maior obstinação quanto mais acessível ela se tornava com o aumento de seu poderio” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 18). Aquele que é opressor por um lado é, igualmente, oprimido por outro. Ulisses submete os companheiros ao seu sistema, mas, por outro lado, ele próprio está submetido, preso e reprimido pelo sistema. Ele escuta a canção das semideusas, permanecendo, porém, amarrado, ele “não consegue mais escapar a seu papel social” (Adorno e Horkheimer, 1947, p. 18), encontra-se subordinado a seu próprio sistema. “Amarrado, Ulisses assiste a um concerto, a escutar imóvel como os futuros frequentadores de concertos, e seu brado de libertação cheio de entusiasmo já ecoa como um aplauso” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 19).

A astúcia de Ulisses consegue superar o encanto das sedutoras sereias, a natureza foi desencantada e seu poder agora está anulado. “A epopeia cala-se acerca do que acontece às cantoras depois que o navio desapareceu. Mas, na tragédia, deveria ter sido sua última hora” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 30), pois o encanto está quebrado. A invariabilidade da lei natural é dominada pela razão instrumental, o seu poder é anulado: a natureza foi desencantada, sua força já não mais ameaça os navegadores. Ulisses encontrou a fórmula para evitar o encanto das semideusas, basta aplicar a fórmula e tudo está resolvido, ninguém mais precisa temer este perigo. As sereias estão, portanto, arruinadas, é o seu fim, a natureza foi anulada. A autoafirmação da subjetividade esclarecida é a contínua negação da natureza, sua eliminação é astuciosa, calculada e racionalmente justificada.

Considerações finais

Todas as aventuras de Ulisses, retratadas ao longo da epopeia homérica, principalmente na *Odisseia*, apresentam-se como forças contrárias à frágil subjetividade que começa a ser formada. Elas são perigosas seduções que ameaçam a trajetória e a conservação

do herói errante. Nestes confrontos, o princípio do saber torna-se poder, o esclarecimento nasce com a pretensão de dominação. “A essência do esclarecimento é a alternativa que torna inevitável a dominação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 17-18). O conhecimento torna-se, portanto, um poder opressor, uma ferramenta a serviço da dominação. Segundo Adorno e Horkheimer, o que se deseja conhecer da natureza é como dominá-la, como torná-la submissa à lógica opressiva do esclarecimento. Esta pretensão inicial de domínio sobre a natureza, com o progressivo desenvolvimento da racionalidade instrumental, desdobra-se em dominação do homem sobre o próprio homem. O homem torna-se escravo do próprio sistema, no qual o poder do saber, que primeiramente dominou a natureza, passa a oprimir o próprio homem: o “poder do sistema sobre os homens cresce na mesma medida em que os subtrai ao poder da natureza” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 20-21).

O esclarecimento segue a lógica da dominação, a sua busca é pela eliminação total de tudo aquilo que ameaça à afirmação da subjetividade egocêntrica. Sua pretensão é de totalidade, desencantar toda a natureza, racionalizar conceitualmente todos os desejos, todos os sentimentos, todas as diferenças devem ser eliminadas. Neste sentido, a busca pela unidade, presente nas figuras mitológicas, antecipa os anseios sistemáticos e ordenadores da racionalidade moderna. A astúcia de Ulisses já prefigura prototipicamente a racionalização da dominação presente na razão moderna. Na alçada do esclarecimento totalitário, tudo pode ser racionalizado: a dor, o sofrimento, a violência e a dominação, tornam-se elementos sistematicamente necessários e racionalmente justificados. O esclarecimento não apenas desencanta a natureza, ele encontra no conhecimento o poder para dominar, oprimir e violentar a própria humanidade.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Dialética Negativa**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. 1947. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/educ_esp/fil_dialetica_esclarec.pdf>. Acesso em 01 nov. 2012.

FREITAS, Verlaine. **Para uma dialética da alteridade**: a constituição mimética do sujeito, da razão e do tempo em Theodor. Adorno. 2001. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2001. Edição revista em 2006.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. 2. ed. São Paulo: 34, 2009.

HOMERO. **Odisséia**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PERIUS, Oneide. **Esclarecimento e Dialética Negativa**. Sobre a negatividade do conceito em Theodor W. Adorno. Passo Fundo: IFIBE 2008.

MASS, Olmaro Paulo. **Racionalidade dialética entre mito e esclarecimento**: uma leitura da dialética do esclarecimento, de T. W. Adorno e M. Horkheimer. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3834>. Acesso em: 01 nov. 2012.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Justiça em seus termos**: dignidade humana, dignidade do mundo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. **Totalidade & Desagregação** – sobre as fronteiras do pensamento e suas alternativas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

TIBURI, Marcia. **Crítica da razão e mimesis no pensamento de Theodor Adorno**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

VALLS, Alvaro. Adorno e “Ulisses ou Mito e Esclarecimento”. In: TIBURI, Marcia; DUARTE, Rodrigo (Orgs.). **Seis leituras sobre a Dialética do Esclarecimento**. Ijuí: UNIJUÍ, 2009. p. 27-42.